

# **INTERVENÇÕES**

## **Frente de trabalho PRECARIIDADE E DESEMPREGO DOCENTE**



**João Louceiro, Membro do Secretariado Nacional da FENPROF**

Continuando a registar-se níveis elevados de desemprego entre os professores e educadores, bem como o desperdício de qualificações de muitos colegas que se vêem obrigados a recorrer a ocupações que não a actividade docente que, ainda por cima, em muitos casos, corresponderia a necessidades do país e das escolas, a realidade cada vez mais generalizada é a da imposição maciça da precariedade: é já um dos problemas maiores também na nossa profissão!

A opção por obrigar ao trabalho em condições precárias é mesmo isso: é uma opção dos governos e das maiorias parlamentares que temos tido; não é uma fatalidade! E é uma opção errada: errada para as escolas, errada para o país, errada para a vida profissional e pessoal das pessoas; errada do ponto de vista económico, errada do ponto de vista social; servindo alguns interesses imediatos, é uma das maiores ameaças que as nossas sociedades enfrentam.

O último governo destacou-se pela negativa também nisto: nenhum tinha sido tão descarado na preferência pelo trabalho precário e na sua promoção. Nas nossas escolas estamos perante a paulatina substituição de professores do quadro por professores contratados, precários, mal pagos, sem carreira, sem direitos, sem direito, sequer, a organizar o seu futuro... Nas AEC e noutras bandeiras políticas do anterior governo, a lei foi e é a da precariedade total... Entretanto, o actual governo ainda não evidenciou outras e melhores opções.

Só a luta poderá forçar mudanças também a este nível! E o que aqui se joga é demasiado importante para ser entendido como um problema que diz respeito só a alguns.

Há um apelo ao Congresso que aqui trago em nome do SN da FENPROF, sabendo que estou perante centenas dos melhores e mais empenhados activistas do movimento sindical docente, sabendo que muitos destes delegados estiveram e continuarão a estar na frente das lutas com que a FENPROF tem defendido a profissão, reclamando o valor que é preciso dar aos professores. É um apelo para que nos envolvamos num grande esforço, um esforço que precisa de cada um, nas nossas escolas; um esforço que não pode ser substituído por bem conseguidos cartazes, por cuidadosos ofícios, por incisivos textos; é um esforço que precisa de cada um de nós no contacto e em conversa com os colegas contratados.

Temos de e conseguiremos trazer os nossos colegas contratados à luta!! Que cada um dos que aqui está, no regresso, interpele os colegas contratados da sua escola, os que conhece, que passe palavra. É urgente explicar as propostas da FENPROF, demonstrar a necessidade da luta e capacidade de assim influenciarmos as políticas e os seus efeitos sobre as pessoas! É urgente falar com os colegas contratados nas escolas mas também com os que são usados para as actividades de enriquecimento curricular! É preciso trazê-los, de vez, à luta!

Na sequência do Acordo de Janeiro, a FENPROF criou espaço para apresentar propostas – justas propostas - que devem ser referências claras para as dezenas de milhar professores que os governos e maiorias políticas à direita, como ainda há poucos dias vimos na AR, obrigam a uma instabilidade sem horizonte nem esperança. As propostas foram publicamente apresentadas e foram dirigidas ao ME. Não foram "inventadas" agora, mas as condições políticas criadas favoreceram a sua apresentação agora. As nossas propostas não correspondem à vontade de quem governa, já o sabemos, e, por isto, é preciso acrescentar-lhes força, muita força, uma, força que lhes dê um carácter imperativo, que obrigue à sua discussão e consideração, que não dê espaço para evasivas.

E isto requer luta! E a luta, esta luta, não se faz sem uma forte intervenção, em particular, dos que governos têm vitimado com a chaga da precariedade para melhor os explorarem. É preciso que o governo e os grupos parlamentares, em particular os que ainda há pouco votaram contra a resolução do drama da precariedade nas escolas, é preciso que o poder político seja obrigado a corrigir as lamentáveis opções em que ainda insiste.

Começando já por vocês, por todos nós, delegados a este 10.º Congresso Nacional dos Professores, seremos capazes de dinamizar uma luta que dê força às justas propostas que a FENPROF apresentou.

Se é verdade que nesta frente de luta não poderemos ir longe sem o envolvimento combativo, directo, numeroso, dos colegas contratados, não se pense que este combate só a eles diz respeito. A imposição da precariedade como norma cada vez mais generalizada tem efeitos que acabarão por ser devastadores: sobre a profissão e as condições para o seu exercício, provocando um perigoso efeito de *dumping* a partir da generalização de formas cada vez mais desprotegidas de relações de trabalho; sobre a organização do trabalho nas escolas e sobre a qualidade desse trabalho; sobre um sistema cada vez mais sujeito à superficialização das relações laborais, à impossibilidade de construção de percursos profissionais e ao desencanto por esta extraordinária profissão que é a nossa.

Mas a luta com os colegas contratados é também uma condição de vitalidade do nosso movimento sindical e das causas pelas quais nos batemos: é condição para que haja quem prossiga a luta pela valorização da profissão e em defesa da Escola Pública.

Creemos que as condições que propiciaram a apresentação de propostas da FENPROF para que haja horizontes de estabilidade, perspectivas de vida para os professores contratados nas mais diversas e difíceis situações, facultam oportunidades de envolvimento na luta que urge aproveitar e explorar.

Sintetizamos o pensamento da FENPROF naquela matéria.

A antecipação dos concursos para 2011, compromisso assumido em acta negocial, exige dos professores uma

acção determinada que obrigue à abertura de vagas; exige-se a seriedade que, manifestamente, tem faltado ao ME. Há um critério fundamental para esta seriedade: as necessidades permanentes devem corresponder vagas de quadro. Percebemos, todos, de pés assentes na terra, que este exercício de seriedade não está inscrito no código genético das políticas que o ME segue, pelo que terá de ser forçado por uma acção determinada dos professores, uma acção pela adequada abertura de vagas. Sem isto, a antecipação dos concursos ficaria muito aquém das expectativas dos professores, de todos os professores.

Mas a abertura de vagas em 2011 não chega! De uma vez por todas é preciso acabar com a escandalosa situação: para os professores contratados não há qualquer limite, não há qualquer horizonte de estabilidade... O ME recorre ao trabalho dos professores contratados; recorre e volta a recorrer, abusa, mas foge a qualquer compromisso de segurança no emprego que a própria Constituição da República prescreve; nem as regras do Código de Trabalho que apadrinhou servem de referência à actuação do governo; o que é regulamentado para os outros não serve em casa própria, não serve para o trabalho que depende do ME. A FENPROF defende que o ME que recorre e volta a recorrer ao trabalho de um professor, tem de assumir com ele um compromisso pela estabilidade, vinculando-o ao fim de três anos de serviço. É uma garantia justa, realizável, próxima da legislação geral do trabalho. Falamos de um processo dinâmico que vá integrando os professores quando atingem três anos de e não de um acontecimento pontual que, depois de ter tido lugar, volte a deixar campo livre aos abusos dos governos...

A FENPROF exige, ainda, que os professores de habilitação própria, que continuam a ser necessários ao sistema - em alguns áreas são mesmo os únicos com que o ME e as escolas contam! - têm de voltar a poder concorrer, têm de ter acesso à profissionalização e têm de ser abrangidos pelas regras de vinculação.

A segurança no emprego não é um conceito do passado: é um preceito constitucional e um princípio fundamental para a boa organização económica e social.

Em síntese, são estas as propostas da FENPROF. Para que sejam mais do que isto, para que sejam acrescidas de força, precisamos então de trazer muitos colegas contratados à luta por elas... É preciso multiplicar discussões sobre essas propostas; é preciso evidenciar a necessidade e a inteligência da luta colectiva por interesses e direitos comuns; é preciso dinamizar acções de luta; são precisas, mesmo, acções de grande escala. Temos de concretizar uma grande acção nacional que faça disparar a denúncia, que projecte as nossas propostas e exigências, tornando insustentável para o poder político manter a sua opção pela precariedade e o seu desprezo pelos colegas que fita apenas como mão-de-obra barata.

É para isto que nos convoca a proposta de resolução sobre a acção reivindicativa aqui trazida pelo SN da FENPROF.

Insisto no apelo ao Congresso: é com as nossas propostas e com o desafio para a luta em seu apoio que conseguiremos mexer com mais e mais colegas contratados. Será olhos nos olhos. Sabemos que as fragilidades a que estão expostos os trabalhadores precários, bem ao contrário do que alguns esperariam, não são um estímulo à sua participação na luta; mas também não podemos deixar que se tornem num obstáculo insuperável.

Vamos à luta! Vamos ganhar os colegas contratados para uma luta em grande! Por eles, por todos os professores, pela Escola Pública, Democrática e de Qualidade, pelas crianças e jovens, por um país desenvolvido! É urgente dar valor aos professores!

Viva a luta dos professores e de todos os trabalhadores!

Viva esta FENPROF, capaz de promover uma luta assim!

Viva o 10.º Congresso Nacional dos Professores!